

América Latina - riqueza capturada



Por **JOÃO DOS REIS SILVA JÚNIOR***

A riqueza latino-americana é historicamente capturada como futuro alheio: nossa abundância material alimenta a soberania tecnológica e temporal das potências

1.

O ataque à Venezuela não pode ser compreendido como um episódio isolado da política internacional nem como mais uma crise regional periférica. Ele expressa uma transformação mais profunda na forma contemporânea da soberania e na racionalidade que organiza a ação dos Estados centrais. Ao longo do século XX, a soberania estruturou-se, em grande medida, a partir do controle territorial, da capacidade militar e da centralidade energética, com o petróleo ocupando posição estratégica.

No presente, esse eixo se desloca. O núcleo da soberania passa a organizar-se em torno do domínio de insumos estratégicos ligados à economia do conhecimento, à transição energética, à digitalização e às cadeias produtivas de alta complexidade tecnológica. A disputa geopolítica deixa de se organizar prioritariamente pela ocupação do espaço físico e passa a envolver a capacidade de estruturar temporalidades, projetar cenários e interferir nos futuros possíveis.

O problema central já não é a posse direta de recursos naturais, mas o controle das bases materiais que sustentam as cadeias tecnológicas globais e os sistemas produtivos de maior valor agregado, responsáveis por definir relações de poder, segurança e hegemonia no capitalismo contemporâneo (Harvey, 2014; Chesnais, 1996).

Nesse contexto, a soberania deixa de operar apenas como categoria jurídico-política e assume caráter estratégico, diretamente integrado à economia política do futuro. O controle de elementos como lítio, cobre, grafite, nióbio, terras raras, níquel, cobalto, silício, manganês e molibdênio adquire importância equivalente à que, em outros períodos históricos, tiveram territórios e rotas comerciais.

Esses elementos deixam de ser apenas matéria-prima e passam a operar como ativos estratégicos. Jazidas convertem-se em pontos de inserção em arquiteturas globais de segurança econômica. Recursos naturais passam a carregar expectativas de valor, projeções de poder e promessas de soberania tecnológica. O Estado contemporâneo, nesse cenário, já não atua apenas como gestor territorial, mas como operador de futuros, administrador de expectativas e mediador de processos de antecipação histórica.

É por isso que a América Latina adquire centralidade no novo arranjo da razão de Estado global. Não como periferia frágil, mas como território de abundância estrutural. O subcontinente concentra uma das maiores reservas geoestratégicas de riqueza material do planeta: lítio nos salares do Chile e da Argentina, cobre em escala continental nos Andes, quase a totalidade do nióbio mundial concentrada no Brasil, grandes jazidas de grafite, níquel, manganês, ferro, bauxita e terras raras distribuídas pela região, além de água doce, biodiversidade, terras agricultáveis, biomassa e elevado potencial

a terra é redonda

energético (CEPAL, 2024; IEA, 2023).

Poucas regiões do mundo reúnem simultaneamente riqueza mineral, hídrica, biológica, territorial e energética nessa escala. Essa abundância não expressa fragilidade. Ela expressa valor sistêmico e centralidade estratégica.

2.

O paradoxo histórico reside no fato de que essa abundância jamais se converteu em soberania histórica. Ao contrário, transformou-se em base material da dependência. A riqueza natural não deu origem a projetos civilizatórios autônomos, mas alimentou cadeias externas de valorização.

O subsolo não organizou futuros próprios, mas futuros alheios. A abundância operou como vetor de subordinação, não de autonomia. A condição estrutural da América Latina não é a escassez, mas a expropriação histórica da riqueza, como já apontado pela tradição da teoria da dependência (Marini, 1973; Bambirra, 1978).

Essa dependência, no entanto, não permanece apenas econômica. Ela se reconfigura. Já não se trata somente de exportar matérias-primas e importar bens industrializados. Passa-se a exportar futuro e importar presente. Os recursos estratégicos deixam de ser apropriados apenas como matéria e passam a ser capturados como expectativas de valor, projeções de rentabilidade e ativos financeiros.

O valor deixa de se constituir exclusivamente no processo produtivo e passa a ser antecipado por meio de contratos, fundos, garantias e projeções de demanda futura (Chesnais, 1996). A dependência assume, assim, uma forma temporal. O futuro é capturado antes de existir. A história passa a ser governada por mecanismos de antecipação. A extração deixa de ser apenas material e passa a ser extração do porvir.

O bloqueio do tempo histórico não resulta de atraso técnico, déficit científico ou ausência de inteligência social. Ele constitui uma forma estrutural de organização do porvir. Nos países dependentes, o futuro não se apresenta como horizonte político coletivo, mas como passivo histórico. Não surge como projeto, mas como dívida. Não se constitui como obra social, mas como ativo financeiro. O porvir deixa de ser político e converte-se em mercado. A dependência deixa de ser apenas posição econômica e passa a operar como regime de temporalidade.

Nesse quadro, a política bélica das grandes potências não pode ser lida apenas como instrumento militar. Ela se configura como tecnologia de governo do tempo histórico. Intervenções, coerções, bloqueios, sanções e operações de força não reorganizam apenas territórios: reorganizam futuros.

Governar um Estado passa a significar condicionar seus projetos históricos, redirecionar seus horizontes e submeter seu porvir a centros externos de decisão. A guerra contemporânea não se limita à ocupação do espaço; ela atua sobre a temporalidade dos povos, sobre suas possibilidades históricas e sobre seus projetos de futuro.

3.

A dependência, nesse sentido, fecha-se como sistema integrado: econômico, político, financeiro, tecnológico e temporal. O poder militar articula-se ao poder econômico e financeiro, produzindo uma forma de dominação que subordina simultaneamente território, recursos, decisões e tempo histórico.

É nesse contexto que a universidade pública assume papel central como núcleo simbólico e funcional da liturgia da dependência. Ela concentra o intelecto social, a capacidade científica, a produção de conhecimento e a densidade técnica, mas não concentra poder de direção histórica. Produz ciência de alto nível, mas não governa agendas estratégicas. Forma quadros altamente qualificados, mas esses quadros operam em sistemas cujos centros decisórios estão deslocados.

a terra é redonda

Internacionaliza-se, mas não define prioridades. Publica-se globalmente, mas não constrói projeto civilizatório próprio. A produção científica passa a ser organizada por critérios externos de validação, não por necessidades históricas internas (Quijano, 2000; Santos, 2010).

A universidade deixa de ser apenas espaço de crítica e passa a operar como infraestrutura cognitiva da dependência. Ela abastece cadeias globais de valor, circuitos internacionais de inovação e sistemas transnacionais de produção científica sem jamais controlar o projeto histórico ao qual serve. O futuro que ela pesquisa não é o futuro que ela escolhe. As agendas que ela investiga não são aquelas que ela define. Ela não constrói horizontes: responde a horizontes já dados. Não funda temporalidades: administra antecipações.

A dualidade estrutural reaparece de forma radical: produz-se ciência sem soberania, conhecimento sem projeto, lucidez sem comando, crítica sem direção histórica (Oliveira, 1972). A universidade torna-se o lugar onde a inteligência social atinge seu máximo e a soberania histórica seu mínimo. Compreende-se o sistema, mas não se governa o tempo. Entende-se a estrutura, mas não se reorganiza a história.

Nesse regime, a indústria de ponta não se estrutura como sistema, mas como enclave. Podem existir centros de excelência e polos tecnológicos sem que isso produza soberania histórica. Cadeias tecnológicas exigem continuidade, planejamento e projeto intergeracional.

Onde o tempo está capturado, só existem ilhas. A riqueza material alimenta cadeias externas de valor. O subsolo sustenta futuros alheios. O intelecto social integra circuitos globais de inovação. A universidade abastece sistemas internacionais de conhecimento. Tudo opera, mas nada se converte em futuro próprio.

O capital fictício torna-se operador central dessa racionalidade. Não busca apenas recursos, mas expectativas de valorização. Não busca apenas produção, mas antecipação de valor. O futuro transforma-se em mercadoria antes de ser história. O porvir torna-se ativo antes de ser projeto. A financeirização reorganiza não apenas a economia, mas o tempo (Chesnais, 1996; Harvey, 2014).

A tragédia estrutural dos países dependentes não está na ausência de recursos nem na falta de inteligência social. Está na interdição da conversão disso em soberania histórica. Na impossibilidade estrutural de transformar ciência em direção, conhecimento em projeto, lucidez em comando e riqueza em futuro próprio. A dependência ampliada configura-se, assim, como arquitetura civilizatória: um sistema que permite modernização, inovação e crescimento sem emancipação histórica.

A questão deixa de ser econômica e torna-se civilizatória. Trata-se de quem governa o tempo, quem define o futuro e quem transforma o porvir em projeto coletivo ou em ativo financeiro. Trata-se de decidir se os países dependentes continuarão a existir como territórios de extração do futuro alheio ou se conseguirão constituir-se como sujeitos históricos do próprio destino.

João dos Reis Silva Júnior é professor titular do Departamento de Educação da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Autor, entre outros livros, de Educação, sociedade de classes e reformas universitárias (Autores Associados) [<https://amzn.to/4fLXTP>].

Referências

BAMBIRRA, Vânia. *O capitalismo dependente latino-americano*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

CHESNAIS, François. *A mundialização do capital*. São Paulo: Xamã, 1996.

a terra é redonda

CEPAL. *Critical minerals for the energy transition and electromobility*. Santiago: Cepal, 2024.

HARVEY, David. *O novo imperialismo*. São Paulo: Loyola, 2014.

IEA. *Latin America's opportunity in critical minerals for the clean energy transition*. Paris: International Energy Agency, 2023.

MARINI, Ruy Mauro. *Dialética da dependência*. México: ERA, 1973.

OLIVEIRA, Francisco de. *Crítica à razão dualista*. São Paulo: Boitempo, 1972.

QUIJANO, Aníbal. *Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina*. Buenos Aires: CLACSO, 2000.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *Para além do pensamento abissal*. São Paulo: Cortez, 2010.

a terra é redonda
existe graças aos nossos leitores e apoiadores
Ajude-nos a manter esta ideia.
[CLIQUE AQUI](#) ➔ [CONTRIBUA](#)